

## **TEMPO DA LÍNGUA: REFLEXÕES SOBRE O CASO TIMORENSE A PRETEXTO DE UMA EXPOSIÇÃO**

Maria José Albarran Carvalho  
Escola Superior de Educação de Beja  
Instituto Camões, contratada pela UNTL

*A propósito da exposição inaugurada, aqui em Timor, que selecciona alguns dos principais momentos da história da Língua Portuguesa, agora acrescidos de comentários, respeitantes a uns tantos traços identificadores do português perante as outras línguas românicas ou de diferentes variedades da própria língua, nos seus diferentes espaços, destacam-se factores de direcção de mudança em contexto timorense. São achegas resultantes de estudos principiantes, sem pretensões, julgados significativos para a génese da identidade linguística timorense.*

Os primeiros cartazes da exposição do Instituto Camões, da autoria de R. Marquilhas e C. Albino, sob coordenação de I. Castro, *TEMPO DA LÍNGUA - IMAGENS DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA*, ilustram as mudanças de uma língua, na perspectiva da evolução, incluída a sua própria formação, além de porem a nu as variedades contemporâneas no território europeu e as dos membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), incluindo o contributo lexical português para variados e dispersos crioulos. Por mais antagónico que pareça, a variação é uma constante de qualquer língua, que afecta a dimensão temporal, espacial e social, diferenciando-a ao ponto de novas línguas poderem ser criadas. A superação da diferença entre os seres humanos suporta tanta variação, não obrigando a uma única língua, numa sintonia com a simbologia de Babel e do Pentecostes.

Alguns factores de mudança, adiante outros se acrescentam, são: **i)** as línguas às quais uma nova língua se sobrepõe, as que se lhe sucedem e aquelas com as quais mantém contacto simultâneo; **ii)** a evolução do próprio mundo de referência, objectivo ou subjectivo; **iii)** os fenómenos universais, e tipificadores, de mudança; **iv)** casos de conservadorismo e de inovação, etc. A mudança pode ser tão radical que, desfigurada a ou as línguas envolvidas, se verifica o nascimento progressivo de outra(s) língua(s) ainda, processo bem exemplificado pelos crioulos, ilustrados apenas com os de base lexical portuguesa.

Vejam-se diferenças, apenas algumas curiosidades, entre as variedades que o espaço descontínuo do português oferece em variados registos:

**Léxico (padrão)**Portugal – raparigaBrasil – moçaMoçambique – miúdaTimor – rapariga

Restante CPLP – miúda, moça

**Morfologia (padrão / desvio-mudança)**Brasil – parabenizar (padrão)Moçambique – destroncar (desvio)Angola, Guiné, São Tomé, Cabo Verde, Brasil, Moçambique, Timor – matabichar (padrão)**Fonologia (padrão)**Portugal - factoBrasil – fato

Restantes CPLP – fa[Ø]to

**Sintaxe (padrão)**Portugal – No mercado há fruta. / Pisaram-me.

Restantes CPLP – Tem fruta no mercado. / Me pisaram.

Salienta-se a riqueza de empréstimos directos/indirectos, sobretudo de línguas do substrato de cada membro da CPLP para o português que todos usam em diferentes variedades, com ou sem o estatuto de língua oficial, v.g.: **i)** línguas africanas – *inhame, senzala / sanzala*; **ii)** línguas da actual Índia – *manga*; **iii)** línguas ameríndias – *mandioca*; **iv)** chinês – *junco*; **v)** japonês – *biombo*; **vi)** línguas da actual Índia a Timor – *saugate*<sup>1</sup> (L. Costa, *Dicionário de Tétum – Português*, 2000: – *saukati* = s., adj, adv.; G. Hull, 1996-2000: inclui *saugati*); **vii)** malaio – *orangotango*; **viii)** línguas da actual Índia a Malaca – *jagra*, etc., para me circunscrever apenas a exemplo único de cada caso. Também outras línguas, não só as agora listadas, absorveram vocábulos portugueses – e não vale a pena, por ser sobejamente conhecido, abordar o vasto fundo lexical português de algumas variedades de tétum. As línguas são inesgotável manancial de multiculturalidade, provas da unidade do Homem na diversidade, e movimentos populacionais pluridireccionados divulgam vocábulos enriquecedores de qualquer acervo lexical. A inovação lexical por estrangeirismo ou empréstimo de outra língua é uma riqueza, desde que não se trate de subserviência, por existir vocábulo adequado na língua importadora. No espaço da CPLP foram as migrações do então colonizador<sup>2</sup> e dos povos colonizados, em levas de escravos, políticas matrimoniais, estabelecimento de prazeiros, envio de tropas (portuguesas e de cada nação colonizada), transferência de funcionalismo por todo o então império, deslocação de comunidades cristianizadas e de missionários que, entre mais factores de disseminação, divulgaram léxico

inovador pelos diferentes continentes, tal como o fizeram com diferentes cultivos agrícolas, manifestações culturais próprias, etc.

Não existem línguas cujo léxico provenha de fonte única, por mais que políticas tristemente conhecidas, como a do nazismo, o tenham tentado, cortando estrangeirismos e empréstimos, proibindo antropónimos estrangeiros, em impraticável xenofobia, até porque os nomes próprios constituem inesgotável processo de intercâmbio linguístico. Também o salazarismo legislou no sentido dessa proibição, por ignorância total pois, segundo L.F. Lindley Cintra, apenas um nome próprio é de origem ibérica, o nome Rui, que nem sequer é exactamente português, e, tratando-se de uma abreviatura medieval de Rodrigo, derivado do nome visigótico Roderique, também não é de origem latina. Se a legislação tivesse sido aplicada com rigor, todos os portugueses teriam o mesmo nome, aliás masculino, e nem por isso muito puro...(catastrófico para os serviços de identificação...).

A variação sintáctica – deixando o léxico - apresenta alguma semelhança, por exemplo na selecção da regência EM para os verbos de movimento *chegar, ir e vir*, direcção de mudança ou desvio frequente no espaço africano, fenómeno do discurso informal na variante fixa do Brasil, de modo algum desconhecida do português medieval e presente ainda no período clássico inicial. Mas ocorrem traços sintáctico-semânticos tipificadores de cada variedade, v.g.: a marcação aspectual *estar + gerúndio* no Brasil e Angola, contra *estar + infinito* em Moçambique.

A propósito dos **crioulos de base lexical portuguesa**, acrescento exemplos escritos de alguns crioulos asiáticos, por serem mais familiares do que os africanos ou os de base mais ibérica que portuguesa, da América Central, Curaçau por exemplo, e da Ásia Menor, o Ladino da diáspora judaica. Os autores da recolha figuram em cada citação ou seu conjunto. Melhor seria a audição de gravações, inviável, porque o texto escrito é muitas vezes de ordem religiosa, portanto mais conservador e ritualizado, transcrito por sacerdotes cultos, duas formas de influência sobre a produção espontânea. Preserva-se a ortografia de cada autor.

#### Goa

«- Aquelle não trouxe dôce aquelle? Aquelle.

- Quem?

- Aquelle que utrudi vei trouxe dôce, aquelle.

- Venha aqui, disse imperiosamente a mãe.

- Xi...Xi xi...ella hade sujar, Rufina...com estas crianças não se póde aturar...  
sujam dois vestidos por dia, allegou Cunegundes.»

**Damão**

«Um hom' tinh doi filh.

Já fallô pa su pae aquel mai piquinin', que dá-cá su quião que tá pertencé a êl.  
E êl já repartiu pa tud doi filh tud quant tinh.»

**Diu**

«Um cert hom' tinh doi filh.

O pequen' fi falou por se pai. Pai, dá para mim heranç. Su pai já deu par êll su heranç»

(S. Dalgado, *Estudos sobre os Crioulos Indo-Portugueses*)

**Ceilão**

«P – Muito grande mercê; eu já primetê per minha mulher que eu cedo lô andá casa, ella lô têm esperando per mi.

C – Que dôdice home! Hum novo cazado maceo não tem assi comportado, e não amá astanto per sua mulher como vós. Ella tem velja, agora que lô ella, emporta si vós te andá hum pouco tarde casa?

P – Velha? Meu mulher? Amor não ficá velho, assi como tempo te passa, aquel te ficá mais bunito e muito puro.»

(F. Tavares de Mello, *Folclores Ceilonenses*)

«Alice non tinha muito bunito, mas tinha bom, e capaz hum minina. Ella tinha cazado perto dés annos. Peter, sua marido, tinha hum grande dandy, mas tinha hum pregueçoso, e já amá beberajo. Elle tinha hum sapateiro, podê cusa fôrça, bunitto sapatos si queria, mas vidé sua preguecé da desemportá sua remède.»

(S. Dalgado, *Dialectos Indo-Portugueses de Ceilão*)

**Bidau**

« -Cuza bën, mamãi?

- Ôi, nônõi, seu marido já vên láquêlê!

- Hou, nónó, tira dipressa arrôze, eu anta cómi (ou: eu quéré comê).»

(A. Castro *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*)

**Malaca / Bidau**Recolhas de Malaca:

«Pastorinho berde  
 Más berde di rico fôr;  
 Bai lebá êsti chito  
 Dá com eu as amor.»  
 (A. Rego, *O Dialecto -Português  
 de Malaca*)

«Minha pastorinho berde  
 Na qui ramo bôs tá sentá?  
 Santá na ramo seco,  
 Triste bida eu logo passá.»

«Pastorinho berde,  
 Ramo seco já sentá;  
 Santá na ramo seco,  
 Qui ripairo logo achá?»

«Pastorinho Berde,  
 Um ramo santá dôs dôs;  
 Eu nádi morrê lonzi,  
 Eu logo morrê perto bôs.»  
 (A. Rego, id)

«Pastorinho berde  
 Más berde di fôla cocu,  
 Com alégri tá aboá,  
 Já perto cai na fogo.»

«Passarinho berde,  
 Santado na ramo espinho,  
 Olá genti chapá perto  
 Bai êle outro caminho.»

«Passarinho berde,  
 Santá na riba de poço,  
 Tocá um pedaço di pedra,  
 Já quebrá sua osso.»  
 (A. Rego, id)

Recolhas de Bidau:

«Pasterinho berde  
 Senta na catapa  
 Velho olha velha  
 Senta tapa-tapa.

Pástero de Lamuca  
 Pena girá-sol  
 Culpa não foi minha  
 Culpa foi de vós.

Peixe máta-ôï  
 Manérê no coilão  
 Tanto fala fala,  
 Doe de còração.»  
 (A. Castro, *A Ilha Verde e  
 Vermelha de Timor*).

Este motivo da literatura oral encontra-se em Cochim, Mangalore, Diu, Sri Lanka, Macau e outros crioulos orientais de base lexical portuguesa, além de Bidau, segundo A. Baxter, introdução a A. Rego, *O Dialecto Português de Malaca*.

Em todos estes textos são notórios os termos portugueses, podendo qualquer leitor falante de português entender vocábulos soltos e até o sentido global do excerto. Destaca-se, também, a similitude de algumas características destes crioulos,

com as de outros, v.g.: os de Cabo Verde, barlavento (S. Antão, S. Vicente, S. Nicolau) e sotavento (Santiago, Fogo, Brava) contemplados na biblioteca do Centro Cultural Português. Aduzo como exemplos: i) «Agora tanto bastante tchina rico tudo vai já» (Makaísta); ii) «Bai ba Kasa. Mai staba na Kama, Tchabi staba na porta.» (Cabo Verde), etc.

A filologia investiga todos os períodos de transformação, acelerada ou não, que podem dar origem a novas línguas, ao longo de séculos..., e individualiza factores de mudança, alguns dos quais se vêem nos exemplos que a oração Pai Nosso apresenta na sua sequência de versões, a latina e as portuguesas medievais contrastam com a do século XX. Concretamente, apresenta-se uma diferença na forma de tratamento de Deus por TU, em latim e no texto português mais antigo. As formas de tratamento palacianas usadas na corte pelos finais da Idade Média introduzem a evolução desse TU para VÓS, presente na versão actual, conforme o grande filólogo L.F. Lindley Cintra (1972, reed. 1986), e diversamente do galego e castelhano, versões em que se preserva o TU do texto inicial, tal como em todas as outras línguas românicas: *Padre Nuestro qui es en el cielo; Notre Père qui es aux cieux*, por exemplo.

O mesmo gosto pela deferência cortesã obrigou a rígida e complexa estratificação de hierarquias, a mais complexa da Europa, e que envolveu os títulos clericais: Reverendíssimo Monsenhor X, Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo X, Sua Eminência o Cardeal X, etc. Da hierarquização nobre à clerical o distanciamento multiplica-se por todos os sectores sociais, de acordo, ainda, com L.F. Lindley Cintra. São traços de afirmação portuguesa perante o restante conjunto de línguas românicas – uma identidade autónoma.

Em textos mais próximos, todos nós testemunhamos variação na língua portuguesa, vejam-se alterações recentes da literatura religiosa, fenómeno significativo da determinação da variância, justamente porque constitui texto mais conservador, dada a sua natureza ritualizada, v.g.: i) versões posteriores a 1940 incluem a expressão «perdoai-nos as nossas ofensas...», no *Pai Nosso*, quando anteriormente o texto era «perdoai-nos as nossas dívidas»; ii) após 1950, dá-se a introdução dos versos «rainha elevada ao céu / em corpo e alma», da *Ladainha de Nossa Senhora*; iii) depois de 1965, é a vez da retirada de «por todos os séculos dos séculos», da *Glória*; iv) actualizações também recentes são exibidas pela inserção de «desceu à mansão dos mortos», no *Credo*, substituindo a anterior expressão «desceu aos infernos»<sup>3</sup>.

Em Timor, se é mantida a orientação distanciadora da oração em análise, esta deferência apresenta outro tipo de conservadorismo, nas formas de tratamento. O item lexical *amo*, autonomamente familiar e afectuoso na consideração face à hierarquia clerical, consubstanciada na fórmula «Com respeito amo Bispo / amo

padre...» ou no modelo reduzido «Amo Bispo / amo padre...» diverge do tratamento consagrado pelo português europeu e espelha atitude de maior proximidade face ao clero, reconhecido como o seu educador – também perfil demarcador de identidade timorense no uso de uma mesma língua.

Em síntese, se bem que redutora, a diversificação das línguas românicas teve a ver: **i)** com a origem regional, dialectalmente diferenciada dos colonos, sobretudo soldados das legiões romanas; **ii)** tal como com a ausência de escolaridade da quase totalidade desses colonos; **iii)** e, ainda, com as línguas, algumas com escrita, a que o latim se impôs e que perduraram a seu lado e o modificaram (influências de substrato, de que servirá de exemplo simples a permanência ou o desaparecimento, nas línguas latinas, de L intervocálico: DOLOR > douleur (fr.), dolor (esp.), dolore (it.) dor (por.)).

Duas ou três centenas de anos após a queda do Império Romano, no território, que hoje é português, vingava o embrião da nova língua e a população já não entendia os textos ainda escritos em latim, se bem que «bárbaro». Sabe-se que, para serem entendidos documentos notariais do séc. IX, em latim, normalmente redigidos por clérigos, eram necessários tradutores, ou seja, a população já falava uma língua pós-romana suficientemente afastada do latim para ser necessária a tradução. Não muito depois, documentos tabeliônicos dos sécs. XII-XIII, atestam de novo a existência de intérpretes para que os interessados pudessem acompanhar o sentido do texto comprovativo da atribuição de foral, de vendas, contratos, doações, escambos, etc. O texto escrito, sempre imprescindível como prova documental da posse, requeria tradução porque a língua ainda não era o latim ou porque a língua já não era o latim, tendo havido, presumo, um período de correspondência entre a língua do povo e a dos documentos – a distância entre a prática de sociedades oralizantes e a sua documentação escrita é sempre ampla, impondo-se o peso da escrita como testemunho perdurável de transacções tributárias de comprovativos, pelo que os intérpretes foram sempre indispensáveis, já que a quase totalidade da população era analfabeta.

Segue-se, finalmente, outra ilustração, esta cómica, da força da variação ainda dentro do Império Romano. Adriano foi um dos imperadores romanos natural da Hispânia, dos arredores da Sevilha (aliás, não foi o único). Mas quando, pela primeira vez, Adriano faz um discurso no Senado, em Roma, foi interrompido por largas gargalhadas, num gozo ridicularizante do seu desempenho, fonético e lexical, bem distinto do latim culto de uso corrente entre os senadores, maioritariamente falantes do dialecto romano ainda que em fase já tardia – o sucedido mereceu comentários escritos mantidos até ao presente, pois rir do Imperador, com estatuto de divindade, era pesado... Este incidente testemunha uma notória variação no seio do latim tardio.

Impôs-se o latim em toda a România, apesar de o Império cair, tal tinha sido o seu poder económico e cultural, a sua rede de vias de comunicação e transporte, as suas escolas do Forum e municipais, a sua eloquência, a repressão do seu exército sobre os povos escravizados ou recentemente libertos (nunca dos esquemas da clientela) e a sua apertada malha administrativa.

O cristianismo, introduzido pelo séc. III na Hispânia, teve um papel de peso na divulgação do latim e no prestígio dessa língua (já então sem descurar as outras línguas dos povos arrebatados pelo Império), graças a religiosos de mosteiros, a partir do séc. V, e de dioceses. Esse foi papel tão ou mais forte que o poder da máquina administrativa e repressiva romana, em que predominavam magistrados municipais e as legiões de força opressiva, mas também administrativa. Por outro lado, a vontade de unificação dos diferentes povos sob domínio romano, como posteriormente veio a repetir-se, fez com que eles tivessem de recorrer, para isso, e paradoxalmente, à língua do colonizador. Spartacus, por exemplo, dirigiu a revolta de escravos, pouco depois de Cristo, usando o latim como língua de comunicação, já que os combatentes provinham de diferentes zonas da Europa e falavam diferentes línguas.

E as línguas não são colonizadoras em si, são exactamente o atrás mencionado, as línguas de..., veículos de propósitos das forças definidoras do poder do homem sobre o homem. Todos as podem adoptar para fins completamente distintos.

Ocupo-me, agora, com observações respeitantes à **periodização do português**, dos efeitos da mudança linguística.

A respeito das mudanças fonéticas e fonológicas, deixa-se uma palavra especial para a metafonia por -u, datada do início da Idade Média, e anos seguintes, que consiste em esta vogal átona final influenciar e alterar (processo de assimilação) a vogal tónica, como bem se vê no seguinte exemplo: FOCUM (com o -o- aberto) evolui para <fogo>. Inicialmente, o primeiro -o- desta palavra era pronunciado aberto; mais tarde, por influência do som [u] final, esse primeiro -o- passa a ser fechado (note-se que, no plural, este primeiro -o- já se articula aberto). É que se evidencia, por extraordinária frequência, a sobregeneralização da regra ao feminino e ao plural, ou a hesitação na sua aplicação, no desempenho da percentagem de timorenses falantes efectivos de português. O facto constitui causa da neutralização tendencial de avós / avôs em avôs, comum aos outros membros da CPLP e ao geral dos adultos estrangeiros aprendentes de Português, com outras neutralizações afins, v.g.: *povo(s)*, *desporto(s)*, *olho(s)*, *estudioso(s)* sem alteração vocálica. É fenómeno instável e de elevado número de excepções mesmo no Português Europeu contemporâneo ao qual se circuncreve, nomeadamente no



Alentejo – mais uma marca de identidade linguística portuguesa da qual se distanciam todos os outros membros da CPLP.

Como instáveis são, e origem de formas múltiplas e erros variados, muitos outros factos linguísticos.

Da primeira questão, veja-se o plural dos nomes em –ão. A uniformização em –ão das terminações nasais em –onem, –anum e –anem, ao lado de formas como sunt, contemporânea da dinastia de Avis, não teve paralelo nos respectivos plurais, mantidos em –ões, –ãos e –ães, situação que causa inúmeras e justificadas realizações erróneas entre os próprios portugueses, para além de haver nomes para os quais L. F. Lindley Cintra (1984) aceita as três formas de pluralização, por nenhuma se encontrar fixada (e já passaram oitocentos anos sobre a data convencionada para a definição da norma escrita medieval - o séc. XIII!) havendo preferência, no registo informal, pela forma –ões. São exemplos *aldeão, ancião, ermitão*.

Da segunda questão, abordo o facto de serem fonologicamente justificáveis os erros decorrentes do processo do vocalismo átono, ou seja, da redução das vogais não acentuadas, pretónicas ou postónicas, iniciado pelo começo do período clássico, v.g.: *comer* ocorrer ortografado com u, \* *cumer*. Do mesmo modo se explicam erros como a troca de X por CH, pois ambos se distinguiam pelo modo como eram, e ainda hoje o são em certas zonas do norte de Portugal, realizados (X, o primeiro, TCH, o segundo). Acrescente-se que esta inovação uniformizadora se terá iniciado em Lisboa durante o século XVII e daí se expandiu ao resto do país, dela dando conta João Moraes Madureyra Feijó, em *Orthographia, ou Arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, 1734: «*Chave, Chaminé, China, Chove, Chuva*, cuja pronúncia não tem semelhança com outras letras; e só os oriundos de Lisboa a equívoco tanto com o X, que a cada palavra trocava huma por outra; porque não só pronúncia, mas também escrevem, *Xave, Xemine, Xina, Xove, Xuva*. E alguns ouvi, que lhe era tão difícil a pronúncia do *Ch*, que achando-o escripto, o pronúncia como *X*».

A uniformização da sua pronúncia está na base dos erros do presente, fenómeno extensível a muitos mais casos de que a exposição fornece exemplos.

Destaco que aquela redução das vogais não acentuadas constitui um dos principais traços definidores da variante europeia do português, desconhecida de todos os restantes membros da CPLP, que, tal como Timor, iniciaram um processo de apropriação do português de fixação em curso.

Quanto à cronologia da língua portuguesa, detenhamo-nos um pouco no Renascimento por ser o período directamente ligado à realidade presente de o Português ter sido seleccionado como futura Língua Oficial de Timor, i.e., a época da primeira grande expansão colonial.

No regresso ao latim, a relatinização, como fonte de correcção e modelo de progresso linguístico, houve posições distintas e forte polémica. Fernão de Oliveira encabeçou a corrente favorável ao desenvolvimento autónomo do português, criticando os latinizantes, e helenizantes, que designou de «bugios», i.e., de macacos de imitação de língua morta. Contrapunha-se a João de Barros, defensor da paternidade latina, autoridade máxima a ser convocada para purificar a língua da corrupção dos tempos, e que, por sua vez, ridicularizava Oliveira por ser natural de Aveiro e ter uma pronúncia nortenha – a corte já se deslocara para Lisboa... A obra de Oliveira (*Gramática da Lingoagem Portuguesa*, 1536) era mais uma fonologia do que uma gramática, mas reveladora de «enorme senso linguístico», em harmonia com O. Lopes. A gramática de Barros (*Gramática Portuguesa*, 1540) impele o movimento de relatinização gráfica e fonética do português. Lexicógrafos, humanistas e escritores a exaltar a língua portuguesa concretizam o modelo de Barros, adoptado pela corte, difundido pela burocracia administrativa e pelo clero. Esta querela de juízos sobre a língua pouco nos diz do real desempenho oral e escrito da massa populacional. Notícia apenas a posição dos «especialistas».

Há comentários que me parecem interessantes, e consistem no pesar da força das decisões políticas que, efectivamente, impõem alterações mesmo contrárias ao curso normal de uma língua, como foi o decalque do modelo latino realizado no séc. XVI. A relatinização foi imposta ao longo de mais de um século por: **i)** uns poucos gramáticos e os primeiros tratados de ortografia; **ii)** dois lexicógrafos e os dicionários dos jesuítas; **iii)** o poder da elite cortesã; **iv)** uma fraquíssima rede escolar; **v)** um contexto de quase total inexistência de livros – a imprensa não tinha sido descoberta havia muito. Foi obra dos humanistas, figuras de desmedido prestígio na época, mas de fraco efeito sobre o colectivo popular, divulgada pelo clero na sua obra de iniciação às primeiras letras numa perspectiva catolicizante pós tridentina, a Contra-Reforma, muito significativa para a alfabetização. Esta calcula-se ter sido, em Portugal, de 16%, dadas as semelhanças com a vizinha França, todavia, e como naquele país, quase exclusivamente urbana e masculina.

Foi desenvolvida igualmente por escritores, não muitos – alguns até escreviam tanto em português como em castelhano e poucos foram dignificados em vida, facto bem ilustrado por Luís de Camões, além de que as publicações portuguesas não excediam 1 500 exemplares, contra as inglesas que se situavam entre os 2 000 e 30 000 (segundo R. Marquilhas: 2000, somente alguns nobres, membros de profissões liberais, do clero e estudantes liam, apresentando as listas dos seus livros privados, solicitadas pelos censores inquisitoriais e que aquela linguista analisou).

O movimento relatinizante abrangeu a quase totalidade do país, ao longo dos tempos, no tocante às consoantes históricas (v.g.: por vezes a leitura da consoante e, sempre, uma abertura obrigatória da vogal imediatamente anterior: *pacto*, *activo*) que

obrigaram a alteração fonética evidente – poucas bolsas dialectais arcaizantes preservam realizações anteriores, v.g.: *recepção* junto a Vila Real, onde ainda se articula como no período anterior ao Renascimento, sem leitura da consoante P, nem abertura da vogal anterior.

Não se estendeu o movimento relatinizante, na totalidade, às então colónias, distantes da corte e das alterações em curso (em muitos membros da CPLP, excepção feita ao Brasil, de ortografia própria, só na ortografia se mantém a relatinização), articulando-se itens lexicais como *directão*, *director* sem abertura da vogal final da sílaba antecedente. Recorde-se que só no séc. XIX Portugal dispôs de rede escolar mínima, oferta de periódicos e divulgação literária... o que se revelou posterior ao processo autónomo do Brasil e tardio para as diversas colónias, apesar de a divulgação do português ser devedora da imprensa e rádio dos inícios dos sécs. XIX-XX, junto das minorias letradas daqueles países.

Note-se que as alterações se têm preservado como irreversíveis, em Portugal, embora com excepções mais ou menos numerosas – não esquecer o poder de decisões de teor diferente, mas igualmente políticas e contra-evoluções mais naturais, que, comprovadamente, podem vingar com meios precários. Data de há pouco, de há 30 anos, a verificação, por L. F. Lindley Cintra, de alguma reversibilidade em fenómenos escassos, v.g.: nenhum português articula *actividade*, *actual* e *actualidade* segundo o modelo relatinizado, com a vogal átona pretónica aberta, e são vocábulos de uso frequente. Nova alteração à vista, mais conforme ao livre desenvolvimento da língua? Mais de quinhentos anos depois...

Determinante, portanto, foi a força da burocracia, entendida como vertente legislativa, hierarquizada, do poder, via corpo de funcionários – em promoção social - «gestores» da administração pública e judicial, enquadradores de população de alfabetização restrita, maioritariamente oralizante. O poder das elites (da nobreza, do clero e do dinheiro) é legitimado pelos éditos, os processos judiciais, os formulários e listas de arrolamento – documentação que assegura a legalidade da posse, das alianças matrimoniais, das proibições régias e inquisitoriais, etc. No entanto, como forma de defesa face à adversidade, contra este poder das elites, cada vez maior número de indivíduos do colectivo popular se apodera da escrita, ainda que incipientemente, tentando defender-se, sobreviver, mesmo pela denúncia e delação, como aconteceu nos processos inquisitoriais, objecto da pesquisa de R. Marquilha (2000) no período de todo um século, o de seiscentos.

Outra força determinante foi o clero enquanto secular detentor – da Idade Média aos finais da Idade Moderna - da função docente a público colectivo nas catedrais e paróquias e a destinatários privados, normalmente filhos da nobreza. Paralelamente, o movimento de missionação, exponencialmente intensificado ao longo dos sécs. XVI e XVII, assegurou a disseminação da língua – primeiras letras e

catequese - por todo o espaço sob colonização, portuguesa ou outra, com a vantagem de não ter extinguido as línguas de cada espaço colonizado.

Apesar de tudo, de força por vezes irreversível, a evolução de uma língua revela-se particularmente lenta, embora haja casos de alguma celeridade relativa. Para se ter uma ideia, refiro um exemplo - a questão da estabilização da forma *razão*. Num processo de quinhentos anos, pelo séc. XVII, fixa-se aquela forma depois de hesitação, desde o séc. XII, entre *rezon*, *rezom*, *rezõ*, *razon*, *razom*, *razõ*, *arrezon*, *arrezom*, *arrezõ*, etc... E lembre-se que o plural das palavras em -ãõ ainda não está estabilizado no Português Europeu Contemporâneo, datando do tempo de D. Dinis a primeira reforma ortográfica da chancelaria real, sobre as formas -om, -am e -ãõ.

Foi preciso esperar por Luís António Verney (séc. XVIII) para ver defender o predomínio do ensino da língua materna e não do latim. É por alvará pombalino que o ensino do português se impõe nas escolas médias. Em 1757 dá-se a interdição, no Brasil, do ensino da língua geral, derivada do tupi, defendida pelos jesuítas, logo substituída pelo português, orientação imprimida a todas as colónias, e só rebatida na República, quando, no caso timorense, houve cartilhas de tétum para os primeiros anos da escolaridade primária. Foi um preenchimento, pelo português face a outras línguas do seu império colonial, do papel prevalecente que o latim tinha secularmente ocupado. Os efeitos sobre as línguas nacionais dos países sob domínio colonial português foi desastroso.

Na situação timorense, a igreja controlou todo o ensino até a República ter criado as primeiras escolas públicas de significado -- e fê-lo sem exclusão das línguas nacionais, inclusive sob forma escrita (se a conheceram foi graças ao clero...) continuando a fazê-lo, enquanto pode resistir, sob o domínio indonésio, paralelamente à resistência interna clandestina, à do exterior, etc.

O português era a língua da liturgia, dos nomes próprios testemunhos do baptismo. Ainda neste caso, mesmo após a imposição do malaio indonésio, ou talvez por isso mesmo, e de a Igreja ter optado pela liturgia em tétum, foram mantidos cânticos religiosos portugueses, litúrgicos ou do romanceiro sagrado -- alguns figuram nas recolhas, realizadas nos princípios do séc. XX por J. Leite de Vasconcellos -- em convívio com cânticos em tétum ou noutras línguas nacionais, raramente em malaio.

Recolhi hinos variados, em português; saliento os cânticos a *Santa Isabel*, à *Virgem Dolorosa* (romanceiro tardo medieval) e traduções de temas do romanceiro sagrado português para tétum, como *Nai Jesus hatudu dalan los*. Estes cânticos radicam na tradição medieval do romanceiro português, muita da qual foi recolhida por aquele filólogo. Em Portugal nunca integraram a liturgia, e só por iniciativa de um ou outro sacerdote se incluem, em celebrações especiais, entre hinos

paralitúrgicos. O notável é que, em Timor, haja continuidade na presença dos mencionados hinos. A melodia, os motivos, o encadeamento de versos e estrofes, o ritmo silábico são os da tradição portuguesa, de transmissão oral e conservação memorialística, porém, na actualidade, figuram nas bibliotecas, ocorrendo em raríssimas bolsas dialectais, de extinção à vista. Timor preserva-os vivos, em mais uma afirmação identitária, sob a asa protectora da Igreja, uma das fontes de resistência na legalidade e, por conseguinte, de extenso ângulo de acção.

De novo se detectam marcas identitárias, também na vertente católica timorense e, circunscrevendo-me ao âmbito da palavra, saliento: **i)** uso das línguas nacionais e do português em cânticos integrados na celebração da missa, mesmo após a liturgia ter adoptado o tétum; **ii)** extraordinária profusão de hinos e veemência expressiva na sua execução; **iii)** sentido profundo da pluralidade cultural do país.

Sublinho que quase não ouvi hinos em malaio indonésio – e são de fantástica beleza, pois tive o privilégio de os escutar em Larantuca – porquanto se confinava a católicos indonésios a celebração nessa língua, em poucas igrejas. Não encontrei textos literários timorenses redigidos nessa língua, decerto escassos, e, quando um desejável museu da resistência for criado, não me espantaria ver documentos em tétum, em português ou em outras línguas, mas raramente na chamada «bahasa indonésia». São claros índices de recusa.

Ora, aprendendo com a história, se, com os fracos meios atrás descritos, a imposição do modelo relatinizante foi tão forte no território europeu, o que se poderá impor na actualidade, naquele país ou noutros? Convido os leitores a ter em conta, no presente, os meios de comunicação social, as publicações escolares e outras, as academias, a rede escolar, etc., no caso dos países mais ou menos desenvolvidos.

Tenha-se em conta que mesmo os países de mais fraco desenvolvimento, como Timor, ultrapassam, obviamente, as condições do Portugal quinhentista no quadro da presente globalização. Aqui se apresentam, também, grandes vestígios do poder documental de recente administração em português e, tal como em Portugal seiscentista, traços do acesso progressivo à escrita, em português, como mais uma forma de luta pela sobrevivência, via uso dessa língua, já que contra o militarismo indonésio se orientava o combate - documentos que em breve poderão ser expostos ao público.

Dir-se-á que o poder indonésio destruiu a documentação privada, bibliotecas e administração. É certo, mas não novo: o mesmo fez a Inquisição, na referida época, assim como muitos regimes totalitários, e não resultou... Não se descure, porém: **i)** o facto de, em contexto renascentista português, a língua ser então património de quase toda a população (excepto 10 % de escravos estrangeiros, outros tantos religiosos e

numerosos mercados transfronteiriços); **ii)** a realidade de não haver outro modelo de norma culta. Aqui, em Timor, na actualidade, convivem línguas em contacto, com os seus estatutos, e os meios de comunicação social não privilegiam o Português, muito menos o Tetum. Mas a literatura e a documentação da resistência, redigidas em português, como noutras, infelizmente poucas, línguas nacionais, além do inglês, são uma evidência de vitalidade do português, porque apropriado, que nenhuma fogueira pode apagar.

Em ambos os contextos – o antigo e o moderno - se acede à escrita (e aqui tal passa pela língua portuguesa, cuja escrita foi mais difundida do que a das línguas nacionais), face ao poder adversário, como forma de luta de resistência, de expressão de revolta, de defesa, de diminuição da distância isoladora de emigrantes, etc.

Destaco, num parêntesis porque o tópico é a história do português, que, em 24 anos e contra a vontade do povo timorense, o malaio indonésio foi imposto, sendo hoje realidade factual que quase todo aquele, que foi escolarizado e não saiu do seu território nacional, o fala, escreve ou entende. E como se procedeu nessa recente divulgação? Pelas mesmas vias, aquelas que secularmente se usam: **i)** a burocracia; **ii)** a rede escolar, bem reforçada tal como as comunicações; **iii)** a repressão.

Houve a adição da via dos modernos meios de comunicação social, que já salientei, mas a quase subtracção de outra, a via da Igreja. Reduto da espiritualidade, do íntimo de cada um e do colectivo auscultado no confessional, a Igreja viu-se amplamente reforçada, como refúgio da identidade católica - exacerbada durante a ocupação - e, sabiamente, introduziu o tétum na liturgia, mantendo a presença de fórmulas ritualizadas, resumos nas homilias e hinos noutras línguas nacionais, em português e, até, em malaio, no devido respeito pela riqueza cultural da nação.

Mas em que línguas se exprime este povo timorense na privacidade da confissão? Na intimidade dos casais, nos conselhos aos filhos? Em que línguas se pronunciaram as últimas palavras antes da morte? Em que línguas se sonha? E se dialoga com Deus? Julgo que nas línguas nacionais, ou na primeira língua de cada um, porque os timorenses da diáspora não estão fora do conjunto do mesmo povo.

Mas, importa ver igualmente, em que línguas se gritaram palavras de ordem nas manifestações de resistência? Em que línguas se difundiram mensagens de esperança fosse a vertente: **i)** mais nacionalista; **ii)** mais católica; **iii)** mais a afirmação dos antepassados; **iv)** ou, de forma abrangente, mais as novas relações entre os homens, desejada por amplos movimentos populares – infelizmente não universais? Quando o objectivo é dar voz e responder ao povo, todas as linguagens e línguas podem ser convocadas. Sublinho o termo «linguagens», porque não só o que se diz importa. O que se faz fala mais claro...e veja-se o que por este mundo vai em nome de Deus...

O malaio indonésio, porém, não foi preferencial. Internamente destacaram-se, julgo, as línguas nacionais, sobretudo o tétum – veicular de há muito –, havendo alguma expressão em português e, externamente, o inglês e o português. E se foi imposto, a todos os níveis, contra vontade, que resultados linguísticos não serão possíveis por desejo das maiorias? Reporto-me tanto às línguas nacionais, como às variedades de tétum e, ainda, ao português, língua recentemente seleccionada como oficial, em paralelo com uma língua nacional, o tétum.

Outro aspecto interessante da história de uma língua, continuando a minha exposição, é a leitura que a partir **dos nomes próprios, os antropónimos**, se pode fazer dos movimentos culturais, ideológicos, migratórios, etc., dos povos. A antroponímia portuguesa ilustra bem as opções culturais e ideológicas das famílias, como os cartazes a ela dedicados demonstram – mais uma característica da identidade portuguesa, que segue rumos bem distintos da timorense.

Na modernidade, o nome próprio *Maria*, antigamente um nome popular, típico das camponesas e empregadas domésticas, apenas ocorrendo em nomes complexos de mulheres de outra posição social, tipo do encadeamento em nome próprio como *Maria Isabel*, tornou-se o nome mais frequente entre essas mesmas classes sociais, numa opção pela insurreição, recuperando o popular, ou em escolha de índole religiosa, desaparecendo de ambas aquelas classes após os anos 60, 70 e 80. Nomes de evocação medieval, ou de algum modo antiga, foram seleccionados pelos grupos próximos do poder económico, associados a pretensa origem aristocrática, nacional ou não, num movimento posterior aos mencionados anos. *Hugo, Tiago, Ricardo, Bruno, Diogo, Nuno, Elisabete, Patrícia, Sara, Inês* predominam – todavia, na busca da originalidade e toque de elite, escolheram os que foram mais vulgares desses tempos... Radicam em preferência por nomes populares: *João, Pedro, António, José, Manuel* - apagando-se os três últimos do topo da lista a partir de 80 -, ou de heróis como *Catarina* (em memória de *Catarina Eufémia*), ou, e ainda, outros atestam a influência de nomes julgados «soviéticos», que não atingiram o topo dos dez mais frequentes, como *Cátia, Vânia* (ambos diminutivos e não nomes, nem eslavos). A influência da cultura cinematográfica e telenovelesca é visível nas *Cláudias, Vanessas* do fim do século.

E sempre assim foi. Consoante as autoras de *Tempo de Língua*, *Pedro e Miguel* demarcavam a orientação política dos pais em tempos de luta entre liberais e miguelistas e os apelidos extensos, povoados de DE e E, por vezes acrescentados, seguem o mesmo fio condutor, bem como as rasuras de documentos para nobilitação do nome - transformando-se, conforme A. Milan, por exemplo, *Caldeireiro*, derivado de profissão popular, em *Cavaleiro*, de tom aristocratizante...

Embora a orientação religiosa esteja presente em nomes como *Fátima, Lúcia*, entre muitos mais, não predomina a preocupação com a santidade na antroponímia urbana portuguesa. Pelo contrário, a possibilidade legal de escolher os apelidos tem contribuído para manter aqueles que se consideram mais elegantes, distintos até entre irmãos, em exibição de «alta» ascendência. Esclareça-se que o fenómeno se revela sobretudo urbano, reservando-se o espaço rural critérios mais ligados à afirmação de laços intergeracionais, ao largo número de alcunhas e de apelidos decorrentes das profissões mais comuns.

A este respeito, vejamos interpretações possíveis no caso timorense, em que o nome, muito simplificada, envolve o prolongamento de apelidos das gerações anteriores, referências à natureza no momento do nascimento e a marca da cristianização, esta espelhada em nomes próprios exclusivamente portugueses.

Em pesquisa destinada a verificar a deslocação de antropónimos portugueses à chegada dos primeiros colonizadores, realizada sobre o Oecusse, eixo Flores (Larantuca – Sika – Adonara), Malaca - Singapura, e a acrescentar a anterior estudo sobre Goa e Moçambique, verifiquei perfazerem sessenta e oito os apelidos portugueses preservados, no séc. XX, no Oecusse<sup>4</sup>. Por ordem alfabética, os apelidos são, tal como aparecem redigidos (cerca de 3 000 pautas de alunos, tabuletas de cemitérios e nomes ouvidos na missa): *Abreu, Agosto, Amaral, Araújo, Barreto, Batista, Belo (?), Boavida, (de) Carvalho, Conceição, Correia, (da) Costa, (da) Cruz, Cunha, Docarmo, Dapaixão, Dorosário, Dasilva, Defátima, Faria, Fátima, Fernandes, Ferreira, Freitas, Gama, Gonçalves, Gonzaga (italianismo / castelhanismo), Guterres, Jesus, Lopes, Lopo, Manta (Mântua?), Marques, Marquês, Martins, Melo, Mendonça, Mesquita, Mota, Noronha, Nunes, Pereira, Pinto, Remédios, Rodrigues, Ribeiro, Ramos, Reis, Rosa, Rosário, Sacramento, (dos) Santos, Seixas, Sequeira, Soares, Sousa, Trindade, Valente, Vaz, Xavier, Ximenes*. Os mais frequentes estão sublinhados.

Aponto algumas marcas da identidade timorense ao apropriar-se de nomes portugueses:

i) O léxico observado diagnostica um pendor conservador. Primeiros nomes, raros na actualidade em Portugal, aparecem aqui, como sejam: *Ambrósio, Ermegilda, Raimundo, Remegildo, Remínio, Remígio e Remício, Sanchia* (medievalismos); *Marcelino, Quintiliano Agata, Artemisa, Ermegilda, Gaudência, Octaviano, Elutério* (antropónimos renascentistas, com eventual excepção do último)<sup>5</sup>. Nomes como *Lamberto e Huberto*, ambos tardo medievais, são de origem nórdica, tanto podendo ter sido introduzidos por via do neerlandês como do português renascentista.



São formas de ortografia arcaica: *Theresia* e *Terecia*, *Lopo*. Lembram períodos recuados do português os antropónimos: *Alarico*, *Cesário*, *Liberto*, *Alécio* (evocadores do Renascimento) e *Mounjinho* (apelido interpretado como primeiro nome).

ii) Notam-se derivações de índole religiosa: *Beato*, *Bendita*, *Bernardo*, *Estevana*, *Querobina*, *Carmelita*, *Abatiana*, *Jacinto*, *Relica* (inclusive há uma igreja denominada *de São Reliquio...*), *Sebastião*, *Venâncio*, *Tarcídio* - corruptela de *Tarcísio* (sempre nomes de Santos, com os quais se preocupam como sinal de cristianização) ao lado de nomes bíblicos como *Ananias*, *Lucas*, *Gaspar*, *Mateus*, *Nicodemo*, *Marcos*, *Ferónica*, *Mozés*, *Lázarus*, pouco frequentes em Portugal.

iii) Permanecem, pois, N pp quase desconhecidos do português europeu contemporâneo, indutores de ambiente romano e grego próprio do classicismo. Alguns remetem para contornos medievais, como *Gonçalo* e *Bernardo* - de novo na moda da burguesia portuguesa de há pouco, desejosa de apresentar nomes «aristocráticos»... contudo não dos dez mais frequentes - *Lopo*, *Sancha* (entre os mais frequentes em meados do séc. XIV), ao lado de *Lourenço* e *Domingos* de motivação religiosa, contemporâneas do início da colonização portuguesa.

iv) Acrescenta-se que entre os primeiros colonizadores portugueses, muitos dos quais religiosos, figuravam alguns dominicanos que se chamavam: *António Abreu*, *António Cabral*, *Bento Serrão*, *Pedro de São José*, *Ambrósio Dias*, *António de São Jacinto*, *Lucas da Cruz*, *Francisco Fernandes*. O primeiro rei da zona, após a chegada dos dominicanos, teve o nome de D. *Pedro*. Todos estes antropónimos se preservam, como também em Portugal, sendo contudo mais frequentes em Timor, como sucede com os nomes envolvidos pelos comentários de i) a iv).

Em síntese, o facto é que, quer nos apelidos, quer na tipologia dos primeiros nomes, quer, e ainda, nas tendências reveladas pela ortografia, assumida ainda que desviada, é notória uma identidade própria, cimentada ao longo de séculos. Não apenas se mantiveram estrangeirismos decorrentes da colonização portuguesa, estes foram alterados por via da escolha de fontes peculiares. A Bíblia, a linguagem religiosa, a presença vizinha do neerlandês, com Npp de redacção latinizante, associada a ecos de outras vizinhanças, e a derivações cultas, por radicarem em étimos latinos recentemente recuperados, como *Dominica* e *Domenico(us)* - paralelamente aos itens *Domingas* e *Domingos* - desenham um perfil próprio à língua oficial na região.

Muito particularmente se destaca, como perfil autónomo, a selecção de antropónimos derivados de nomes de Santos, que adoptam para Nome Próprio, e, como o cristianismo entrou via aqueles dominicanos iniciais, em português, é nesta língua que os exibem. Contrastando com características, um tanto simplificadas, dos

nomes próprios portugueses, a preocupação religiosa preenche a vaidade da exibição de apelidos nobres e a oscilação entre estes e os nomes do povo como valores preferidos, no contexto da antroponímia do passado e da actualidade portuguesa. Embora entre a população mais urbanizada seja visível o gosto pela pertença a famílias conhecidas, como os antigos apelidos *Costa e Hornay, Sequeira, Cruz, Belo*, prevalece a afirmação de cristianização. Torna-se evidente que o uso de uma mesma língua, o português, na área única da antroponímia, distingue duas identidades próprias, a portuguesa e a timorense.

Relativamente a áreas outras – não só a antroponímia apresenta variação, insiste-se - percorrem-se, então, uns poucos desvios considerados comuns, apenas alguns, seleccionados entre os mais frequentes nesta fase do estudo, apresentados por componentes da gramática do português, já que indicam direcções de re-análise a serem tidas em conta no ensino de português em Timor Lorosa'e. Regista-se a similitude de tais tendências desviantes com a fixação de algumas características dos crioulos de Malaca - Singapura e Bidau. Aduzem-se só quatro conjuntos de exemplos.

## FONOLOGIA E ORTOGRAFIA

Fenómenos como:

- monotongação de -ei- > -e-, -i- (comum a variedades do Português Europeu Contemporâneo e a outros membros da CPLP, sobretudo casos como *bandera, dinheiro*):

tranqueira > *tranquera, trangkera* (Malaca)

madeira > *madera* (Malaca – Singapura, Bidau, Oecusse, Díli, Lautém)

canseira > *cansera* (Bidau)

Sequeira > *Sequera* (Larantuca, Malaca-Singapura, Bidau, Oecusse, Lautém,

Díli)

Pereira > *Perera* (Sikka e idem)

Sexta-Feira > *Sesta-Vera* (Larantuca)

Conceição > *Concição* (Oecusse)

- v > f; v > b; f > p

vidro > *fidero(u)* (Malaca, Flores, Oecusse, Lautém, Díli)

vestido > *bestido (u)* (idem e variedades do norte de Portugal)

livro > *libro(u)* (idem)

fortaleza > *portaleza / porta leza* (Wureh, Larantuca)

festa > *pesta* (Malaca, Flores, Wureh, Oecusse, Lautém, Díli)

Carvalho > *Karfallo, Carfalho* (Larantuca, Sikka, Oecusse)

t > d

prata > *prada* (Flores, Oecusse, Lautém, Díli)

## MORFOLOGIA

Alterações da flexão nominal, género / número, de significado morfológico e sintáctico, próprias dos crioulos e das fases de incompleta aquisição de português língua estrangeira:

*sua pecado* (Malaca)  
*na mar* (idem)  
*o andorinho* (idem)  
*certo rua* (idem)  
*sua serbiçu* (idem)  
*sua flores bermelho* (idem)  
*mal meu pena* (Bidau)  
*este guera* (Bidau)

Maior preservação da flexão nominal em Bidau. Instabilidade do *e* átono > *a*, *i* átonos ou Ø: *tardi*, *rabenta*, *scola*, fenómeno comum a outros crioulos de base lexical portuguesa e ao próprio Português Europeu Contemporâneo.

Preservação, em Bidau igualmente, ao contrário do habitual na crioulição, da flexão verbal da 2ª pessoa plural, ainda que rara e sobretudo em texto da tradição oral, por vezes fixada pela escrita.<sup>6</sup>

«sabeis»  
 «cubiçareis»  
 «tomais»

O tratamento por VÓS é preservado no BÔS / BOCÊ do *kristang*, no VÓSSE de Bidau, neutralizando ambos a oposição TU / VÓS, VOCÊ. Em Timor, mesmo em texto escrito, encontra-se a forma arcaizante VÓS, mantida no norte de Portugal e na liturgia portuguesa, mas quase totalmente excluída do discurso político. É o caso de X. Gusmão em *Timor Leste, um Povo, uma Pátria* (1994), provavelmente face à escolaridade em instituições religiosas e a influência constante da missa, cuja liturgia portuguesa consagra a distância no tratamento de Deus – contrariamente às outras línguas românicas – e apenas há 20 anos foi substituída pelo tétum, com selecção da mesma forma de tratamento:

«Vós dizeis...» (122)

- «Deveis também ter em conta...» (idem)  
 «...soubestes pensar...» (124)  
 «...deveríeis estar dispostos...» (idem)  
 «Eu sei que vós compreendestes...» (125)

## SINTAXE

- Nunca – a preencher as circunstâncias de ocorrência de <Não>  
 «...cozinha nunca sabê» (Malaca, Oecusse, Lautém, Díli)  
 Ter / Haver – «Barco djá tem na barra» (Malaca, Bidau, Oecusse, Díli)  
 Prep COM – «fazê cara com eu» (=para mim) (Malaca)  
 «Mata um com o outro» (Bidau)<sup>7</sup>  
 «Vamos com carro» (Oecusse, Díli, Lautém - construção desviada comum a outras línguas oficiais, como a de Moçambique)

## LÉXICO

- Trabalho > *serbiçu* (Malaca-Singapura, Flores, Lautém, Oecusse, Díli)  
 Jovem rapariga / tratamento de respeito > «nona»<sup>8</sup>, «nono» / «nonoi»  
 (Malaca – Singapura – Oecusse)  
 Romã > *rumão* / *romão* (Malaca-Singapura, Flores, Bidau, Oecusse, Lautém, Díli)

As línguas variam espacialmente.

Debruço-me, então, sobre uns poucos tópicos da variação regional no território europeu do português.

Os dialectos setentrionais e centro-meridionais apresentam variados traços distintivos, documentados nos cartazes e na brochura desta exposição, o seu catálogo. Globalmente, situam-se a Norte fenómenos como: **i)** preservação das quatro sibilantes, mais em certas bolsas fortemente arcaizantes, visíveis na realização de *seis* e *passo*, *caça* e *fazer*, *rosa*; **ii)** interpretações ditongadas e até a ditongação de E e O acentuados em IE e UO como *Porto* e *peso*; **iii)** V > B,  *baca*.

O Sul caracteriza-se, muito simplificadaamente, por: sibilantes pré-dorso dentais únicas; monotongação de OU > O e EI > E, sendo [oru] comum a todos as regiões envolvidas, mas ferr[e]ro confinado aos Alentejos e Algarve (L. F. Lindley Cintra: 1971), monotongação familiar aos falantes de português na zona asiática onde Timor se situa, documentada nos antropónimos, nos crioulos da região e até nos empréstimos portugueses no malaio. Evidentemente, as fronteiras lexicais são igualmente determinantes para o desenho do perfil identitário dos dialectos

portugueses, v.g.: *almece* e *ceifar* ocorrem no Sul e são de origem árabe, preferindo o Norte os seus sinónimos, *soro* e *segar*, respectivamente.

Interessa-me, contudo, chamar a atenção para outro fenómeno – tendência lisboeta para a articulação de E átono como A átono, *telha, dei, vejo, fecho*, que se estende àquele ditongo, v.g.: prim[ej]ro > como se a ortografia fosse *\*primairo*. Esta variedade dialectal apresenta a curiosidade de ter sido objecto de sucessivas e divergentes posições, no espaço também de pouco mais de um século, e resulta da acentuação, na região, do processo do vocalismo átono, comum à quase totalidade do país e fundamental na identidade do Português Europeu contemporâneo (o fenómeno é posterior ao séc. XVI), porquanto é exclusivo deste espaço, para sublinhar o já exposto.

Intelectuais famosos como Pinheiro Chagas, entre finais do séc. XIX e inícios do XX criticavam, ridicularizando, esta pronúncia lisboeta, ao lado do facto de ter sido a zona onde mais se acelerou a neutralização, anterior, da oposição *xarope / chapéu*. Afirmava-se, então, que os «saloios» das terras estremenhas não conseguiam falar correctamente. O uso daquele sinónimo de camponês de origem árabe, o item *saloio*, paralelamente à referência às antigas fronteiras entre o Norte do território, então nacional, e o Sul, ainda do Islão (a palavra *extrema* é sinónimo de fronteira, limite), destaca a etiqueta de população de posterior acesso à nacionalidade, confinada a estrangeirada zona fronteiriça e de nenhuma escolaridade – trabalhadores da terra descendentes de falantes do árabe...

O conflito entre a chamada norma culta de Coimbra, cidade universitária, e a duvidosa norma lisboeta não se apagou por completo – não tendo qualquer significado científico para os linguistas. Mas, o prestígio das variantes apresentam peso inegável na evolução das línguas, na definição de uma norma culta. No presente, considerada norma culta do Português Europeu a do eixo centro – litoral de Coimbra – Lisboa, todo o português pode testemunhar a passagem da prestigiada pronúncia coimbrã, preservadora do ditongo EI e da vogal átona E, para a referida e tão desprestigiada pronúncia dos saloios da Lisboa estremenha...

Na realidade, desencadeou-se um processo recente de aceleração, propositadamente forçada, em meios sobretudo femininos, daquelas marcas da fonética lisboeta, num ambiente social pretensioso, frequentemente ridículo, designado pelo «falar das tias», e sucessivamente deslocado pelos bairros da Avenida de Roma, da Lapa e de Cascais, para onde acorrem os endinheirados desejosos de apresentar marcas de pertença ao grupo das elites, que nunca tiveram tal pronúncia, artificialmente criada, e, como atrás se viu, sem qualquer origem aristocrática...

Tal fenómeno não é exclusivamente fonético, nem próprio do português, estendo-se à monotongação em A átono, como se a ortografia fosse *\*primaro*. É a

questão dos modelos favorecidos, ou julgados favorecidos pelos detentores de poder, reproduzidos e invejados como sinais exteriores de riqueza e estatuto bastante para definir normas cultas, ou consideradas como tal, se gramáticos, academias, publicações e meios de comunicação social a adoptam – recorde-se a querela quinhentista Oliveira / Barros. Não se presume que isso seja praticável com esta tendência, porquanto as elites definidoras da norma culta são predominantemente masculinas e o fenómeno se tem confinado a desempenhos femininos e caricaturais.

Nenhuma razão linguística determina a superioridade de um dialecto sobre os restantes, como o fenómeno descrito prova... A variante erguida à posição de norma deve-o a assimetrias económicas, culturais e a decisões de ordem política. Veja-se, recorrendo à nossa imaginação, como teria sido diferente a evolução de Portugal se, no séc. XVI, tivesse sido aceite a proposta do rei D. Manuel I no sentido de a corte se deslocar de vez para Évora, aí se estabelecendo a capital. Lisboa ter-se-ia desenvolvido menos, e face à sua natureza portuária, não teria sofrido estagnação nenhuma, mas o extenso Alentejo, interior e pouco desenvolvido, não apresentaria tal perfil no presente. A nobreza, sobretudo nortenha, opôs-se... e predominava na corte, tal como apoiou Barros e a relatinização.

A decisão de optar pelo português, ao lado do tétum, uma língua nacional, como línguas oficiais – estatuto a ser, portanto, atingido – vem privilegiar, nesta língua, os domínios comunicativos educacionais, incluindo o técnico-científico, e o transaccional, particularmente o administrativo, fundamental para o exercício racional do poder, nas vertentes económicas, políticas, legislativas, judiciais, da administração pública e arquivos – não só avisos, convocatórias, circulares, mas também actas da Assembleia da República, do Governo, arquivo histórico de documentos da resistência, da Igreja e outros, não esquecendo processos judiciais, etc. O domínio dos meios de comunicação social situa-se nas prioridades, preterindo-se, obviamente sem exclusão, domínios como o familiar, de uso apenas no caso de alianças matrimoniais com falantes de português como primeira língua ou indivíduos regressados da emigração pela CPLP. O domínio gregário reduz-se à prática deste mesmo público. Vimos que, na sua história, o português se formou e expandiu sobretudo via acção do sector administrativo ou da educação, longamente entregue ao clero, e, menos determinadamente, porque se trata de passados recuados, dos meios de comunicação social. Não se descurem, porém, tais domínios prioritários na actualidade.

O ensino e a aprendizagem desta língua oficial deve servir os fins da opção tomada e, para menor desperdício de esforços, deve proceder pelas principais funções previstas, pelos domínios que requerem mais forte e efectiva rede comunicativa em português – estranho será que o usem largamente no âmbito familiar, na intimidade ou em actos de fala expressivos (que timorense, não nascido na diáspora, gritará de dor usando as interjeições portuguesas?!).

Todavia, a comunidade falante de português, em percentagem nitidamente minoritária, herda já um acervo lexical, e não só, de perfil próprio.

Quanto a esse fundo vocabular, já apresentei uns tantos exemplos, fora da área antroponímica, de direcção de variação autónoma, mais ou menos estabilizados – desvio ou mudança no espaço descontínuo de utentes do português? O tempo o dirá...

## Notas

1. Ausente do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (Academia das Ciências: 2001), o item figura em C. Figueiredo (1996) ao lado de *saugate* e *saguate*, e inclui a classificação de desusado no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (Aurélio Holanda:1986). J. P. Machado atesta uma das formas no *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Contudo, no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1991) abona os três itens referidos. Estes dicionaristas, tal como A. Rego e S. Dalgado apontam como origem o *indostano persa*, o *hindo-persa*, o *concanim*. Segundo estes autores *saughat*, *saughât*, *saguvat*, *saguvât* significam *presente*, *donativo*, *raridade*, *dádiva* e *svâgata*, do sânscrito, remete para *acolhimento*, *recepção*. Lello considera desusado e atesta a forma em Moçambique. C. Figueiredo e J.P. Machado abonam também a acepção de *doce de fruta*, na China, além do derivado *saguatear*. Verificada a produtividade do termo em Moçambique, no presente, por mim, e pelos autores citados por regiões da actual Índia a Timor, julga-se constituir empréstimo do português da CPLP, em desuso no Português europeu e americano, seja qual for a origem inicial e o processo de divulgação. Eventualmente, deriva do sânscrito, dado que Timor pagava tributo a Java, já em 1225, e são conhecidos os potentados de Borobudur, Prabanam, Majapahit, segundo Luís F. Thomas (2001: 39-52).
2. Logo no séc. XVI, J. Barros anota inovações lexicais dos portugueses retornados «E agora, da conquista da Ásia, tomámos *chatinar* por *mercadejar*, *beniaga* por *mercadoria*; *lascarim* por *homem de guerra*; *çumbaia* por *mesura e cortesia*, e outros vocábulos que são já tam naturais na boca dos homens que naquelas partes andaram, como o seu próprio português (*Diálogo em Louvor da nossa Linguagem*).
3. Agradeço a J. Mattoso a identificação das datas destas alterações litúrgicas.
4. Estudo em preparação.

5. Grata a J. Mattoso pela verificação dos N pp apontados como medievalistas, renascentistas.
6. Excetuando-se a preservação da 2ª pessoa do plural, em texto escrito e/ou ritualizado, comum ao texto litúrgico português (tal como a alguns dialectos portugueses nortenhos) e que vigorou até há 20 anos, quando o Ordinário da Missa foi traduzido para tétum.
7. Agradece-se a N. Soares, ex-chefe de suco da zona de Bidau, as informações fornecidas.
8. No caso de Timor ganha o sentido oposto, reservando-se, contudo, *nono* (masculino) e *nonoi* (feminino) para a expressão de grande estima, sobretudo no Oecusse, particularmente para familiares de liurais. Agradeço a A. Ribeiro, A. Cau e A. Araújo esta informação.

#### Agradecimento

Muito grata ao colega e amigo João Matos pela leitura atenta e significativas sugestões de melhoria .

#### BIBLIOGRAFIA

- BARROS, J. (1ª ed 1971). *Gramática da Língua Portuguesa..* Lisboa – L Rodrigues (1540).
- BAXTER, A. (1988). *A Grammar of Kristang (Malaca Creole Portuguese)*. Camberra: Pacific Linguistics.
- BAXTER, A. (1990). «Notes on The Creole Portuguese of Bidau», *Journal of Pigin and Creole Langage* – 5 (1), pp. 1-38.
- BAXTER, A. (1998). «Introdução» in A. Rego, *Dialecto Português de Malaca e outros Escritos*. Lisboa: CNCDP.
- CARVALHO, M. J. (1989). «Sobre o Português em Moçambique», in *Actas do Congresso sobre a Investigação e o Ensino do Português* (1987) Lisboa: ICALP-234-245
- CARVALHO, M. J. (1991). *Aspectos Sintáctico-semânticos do Português Oral de Maputo – Verbos Locativos*, Lisboa / Luanda, ICALP-Angolê



CARVALHO, M. J. (2001). «Apontamentos Linguísticos sobre a Antroponímia no Enclave», *Palavras*, 20 (prelo)

CASTRO, A. (1943). *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*. Lisboa:AGC.

CHARPENTIER, J. (1992). «La Survivance du Creole Portugais ‘Makaista’ en Extrême Orient», in Andrade, E ; Kihm (Org) *Actas do Colóquio sobre os Crioulos de Base Lexical Portuguesa*: Lisboa: Colibri – 81-95.

CINTRA, L. F. Lindley (1970). «Os Ditongos Decrescentes ou e ei: Esquema de um Estudo Sincrónico e Diacrónico». *Anais do 1º Simpósio de Filologia Românica* (1958). Rio de Janeiro: 115-134.

CINTRA, L. F. Lindley (1971) .«Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses». *Boletim de Filologia*. XXII. 81-116

CINTRA, L. F. Lindley (2ªed 1972). *Sobre as Formas de Tratamento na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

CUNHA,C; CINTRA, LFL. (1984) . *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.

CUSIN-BERCHE, F (1999), «La Notion d’Unité Lexicale’ en Linguistique et son Usage en Lexicologie». *LYNX*, n. 40 :11-39.

DALGADO, S. (reed 1998). *Dialecto Indo-Português de Ceilão*. Lisboa: CNCDP.

DALGADO, S (reed 1998). *Estudos sobre os Crioulos Indo-Portugueses*.Lisboa: CNCDP.

GUSMÃO, X. (5 Ed 1994). *Timor Leste – um Povo, uma Pátria*. Lisboa: Colibri.

KEBAN,Y; TUKAN,J.S. (2001). *Doa dan Kibung – Semana Santa*. Jakarta: YPPM (Yayasan Putera-Puteri Maria).

LAFAGE, S.(1997). «Extensité et Cohérence». C.FREY, D. Latin, *Le ‘Corpus’ Lexicographique et de Gestion*. Lovaina : Duculot.

LAVIOSA-BRAITHWAITE, S. (1995) «Comparable Corpora : towards a Corpus Linguistic Methodology for the Empirical Study of Translation».

LEHMANN, A ; MARTIN-BERTHET (1998). *Introduction à la Lexicologie – Sémantique et Morphologie*. Paris : Dunod.

- MARQUILHAS, R. (2000). *Da Faculdade das Letras*. Lisboa: INCM.
- MATOS, A. T. (1974). *Timor Português 1515-1769*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa.
- McENERY, T.; WILSON, A. (1996). *Corpus Linguistics*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- MÜLLER, Ch. (1968, reimp 1973), *Initiation à la Statistique Linguistique*. Paris: Larousse.
- MÜLLER, Ch. (1977). *Principes et Méthodes de Statistique Lexicale*. Paris: Hachette. (Reimp 1992). Paris: Champion.
- MÜLLER, Ch. (1979 a). *Le Vocabulaire du Théâtre... Etude de Statistique Lexicale*. Genève: Slatkine.
- MÜLLER, Ch. (1979 b). *Langue Française et Linguistique Quantitative*. Genève: Slatkine.
- MÜLLER, Ch. (1992a). *Principes et Méthodes de Statistique Lexicale*. Paris: Champion.
- MÜLLER, Ch. (1993). *Langue Française, Débats et Bilans-Recueil d'Articles*. Paris: Champion-Slatkine.
- MÜLLER, Ch. (1993 c). *Initiation aux Méthodes de la Statistique Linguistique*. Paris: Champion.
- OLIVEIRA, F. (3ª ed 1936). *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Lisboa, R. Sá Nogueira (1536).
- PEREIRA, D. (1992). «O Princípio da Parcimónia em Crioulo de Cabo Verde». In Andrade, E; Kihm, A. (Org). *Actas do Colóquio sobre os Crioulos de Base Lexical Portuguesa*: Lisboa: Colibri, pp. 140-151.
- REGO, A. (reed 1998). *Dialecto Português de Malaca e outros Escritos*. Lisboa: CNCDP – (1932-1968).
- SMITH, I. (1998). «Introdução» in S. Dalgado, *Dialecto Indo-Português de Ceilão*. Lisboa: CNCDP.
- TAVARES DE MELO, B. (2ªed 1998). *Folclores Ceilonenses*. Lisboa: CNCDP.

THOMAZ, Luís F. (1974). «Timor: Notas Histórico-linguísticas». In *Portugaliae Historica*. V II

TUKAN, J S (2001). *Prosesi Bersama Tuan Ma dan Tuan Ana*. Jakarta: YPPM (Yayasan Putera-Puteri Maria).

VASCONCELLOS, J. Leite. (reed 1985). *Opúsculos*. Vol. VI – *Dialectologia*; vol. IV *Etnografia*. Lisboa: INCM.

VILELA, M. (1994). *Estudos de Lexicologia Portuguesa*. Coimbra: Liv Almedina.